

O Educador Social no século XXI: perceções dos recém-licenciados de uma instituição de ensino superior privada em Portugal

Isabel Sanches, Dulce Franco & Maria Manuela Jacinto

Resumo

Neste estudo, partimos da seguinte questão: qual a situação profissional e a intervenção socioeducativa dos diplomados em Educação Social, em 2017/18 e 2018/19, numa Instituição de Ensino Superior (IES) privada em Portugal. Elencámos como objetivos: caracterizar a situação profissional dos diplomados e analisar a sua intervenção socioeducativa, após a conclusão do curso. Foi construído, testado e aplicado um questionário, de questões abertas e fechadas. Procedeu-se ao tratamento da informação, mediante os descritores: (i) caracterização dos participantes; (ii) motivações e expectativas; (iii) nível de satisfação académica; (iv) oportunidades profissionais. Constatou-se a precaridade e baixos salários no que reporta à situação profissional dos diplomados; um elevado nível de satisfação em relação à formação e dificuldade em obter emprego na área da formação, por pouca oferta de emprego, devido ao desconhecimento da área e do seu potencial. Conclui-se sobre a importância da divulgação da formação de um perfil holístico do Educador Social (ES), sustentado por competências socioprofissionais e um saber pedagógico e social específico que se consolide como vetor de empregabilidade, em territórios e contextos diversificados, capazes de responder aos desafios da contemporaneidade.

Palavras-chave:

educador social; intervenção socioeducativa; licenciatura; empregabilidade.

The Social Educator in the 21st century: perceptions of recent graduates in a private Higher Education Institution in Portugal

Abstract: In this study, we start from the following question: what the professional situation and the socio-educational intervention of graduates in Social Education is, in 2017/18 and 2018/19, in a private Higher Education Institution (HEI) in Portugal. We listed as objectives: to characterize the professional situation of the graduates and to analyse their socio-educational intervention, after the conclusion of the course. An open and closed questionnaire was built, tested and applied. The information was processed using the descriptors: (i) characterization of the participants; (ii) motivations and expectations; (iii) level of academic satisfaction; (iv) professional opportunities. Precariousness and low wages were found in terms of the professional situation of graduates; high level of satisfaction in relation to training; difficulty in obtaining employment in training, due to little job offer, due to the lack of knowledge of the area and its potential. It concludes about the importance of disseminating the formation of a holistic profile of the Social Educator (SE), sustained by socio-professional competences and a specific pedagogical and social knowledge that consolidates itself as a vector of employability, in diverse territories and contexts, capable of responding to contemporary challenges.

Keywords: social educator; socio-educational intervention; Graduation; employability.

L'Éducateur Social au 21^e siècle : perceptions des récents diplômés d'un établissement d'enseignement supérieur privé au Portugal

Résumé : Dans cette étude, nous partons de la question suivante : quelle est la situation professionnelle et l'intervention socio-éducative des diplômés en éducation sociale, en 2017/18 et 2018/19, à un établissement d'enseignement supérieur privé au Portugal. Nous avons énuméré comme objectifs : caractériser la situation professionnelle des diplômés et analyser leur intervention socio-éducative, après la fin du cours. Un questionnaire ouvert et fermé a été construit, testé et appliqué. Les informations ont été traitées à l'aide des descripteurs : (i) caractérisation des participants ; (ii) les motivations et les attentes ; (iii) niveau de satisfaction académique ; (iv) opportunités professionnelles. La précarité et les bas salaires ont été constatés en termes de situation professionnelle des diplômés ; niveau de satisfaction élevé par rapport à la formation et difficulté à trouver un emploi dans le domaine de la formation, en raison de l'offre d'emploi limitée, en raison de la méconnaissance du domaine et de son potentiel. Nous concluons sur l'importance de diffuser la formation d'un profil holistique de l'Éducateur Social (ES), soutenu par des compétences socioprofessionnelles et une connaissance pédagogique et sociale spécifique qui se consolide comme vecteur d'employabilité, dans des territoires et contextes divers, capable de répondre aux défis contemporains.

Mots clés : éducateur social ; intervention socio-éducative ; diplômé ; employabilité.

El Educador Social en el siglo XXI: percepciones de los recién graduados en una Institución de Educación Superior privada de Portugal

Resumen: En este estudio partimos de la siguiente pregunta: cuál es la situación profesional y la intervención socio-educativa de los graduados en Educación Social, en 2017/18 y 2018/19, en una Institución de Educación Superior (IES) privada de Portugal. Enumeramos como objetivos: caracterizar la situación profesional de los egresados y analizar su intervención socioeducativa, tras la finalización del curso. Se elaboró, probó y aplicó un cuestionario abierto y cerrado. La información se procesó utilizando los descriptores: (i) caracterización de los participantes; (ii) motivaciones y expectativas; (iii) nivel de satisfacción académica; (iv) oportunidades profesionales. Se encontró precariedad y bajos salarios en cuanto a la situación profesional de los egresados; alto nivel de satisfacción en relación con la formación; dificultad para conseguir empleo en el área de formación, debido a la escasa oferta laboral, debido al desconocimiento del área y su potencial. Concluimos sobre la importancia de difundir la formación de un perfil holístico del Educador Social (ES), sustentado en competencias socioprofesionales y un conocimiento pedagógico y social específico que se consolida como vector de empleabilidad, en diversos territorios y contextos, capaz de dar respuesta a desafíos contemporáneos.

Palabras llave: educador social; intervención socioeducativa; graduación; empleabilidad.

Introdução

No contexto das sociedades atuais, apesar das inovações tecnológicas e das transformações ocorridas nas últimas décadas, Portugal apresenta, em 2020, uma taxa de pobreza e de exclusão social que abrange cerca de 2 034 milhares de pessoas, ou seja, 19,8% da população portuguesa, encontra-se em risco de pobreza, exclusão ou privação material severa. Em 2019, 16, 2% da população encontrava-se em risco de pobreza ou em exclusão social, tendo aumentado essa condição na população acima dos 65 anos, mantendo as mulheres um risco mais elevado de pobreza e exclusão em relação aos homens (Observatório das Desigualdades, 2021). A par, apresenta fracos níveis de literacia e de qualificações académicas e profissionais, fraca participação dos adultos nas aprendizagens ao longo da vida e, no caso do ensino superior, fraca taxa de diplomados e elevada taxa de desemprego dos recém-diplomados (Comissão Europeia, 2019). O desenvolvimento da profissão de Educador Social (ES), com aposta na sua formação e nas condições para a sua ação, em contextos formais e informais, pode ajudar a alterar o atual panorama social português, donde a pertinência e o incremento de investigação nesta área.

1. Enquadramento Teórico

1.1. Emergência da Educação Social. Legitimação em Portugal

Atravessamos uma época de profundas e rápidas transformações, de natureza ambiental, económica e social. As desigualdades aumentam, entre pessoas, grupos e territórios. Os futuros são imprevisíveis, o que exige a consciência cidadã, a cooperação e uma política orientadora, que combine, na perspetiva de Morin (2020) “globalização e desglobalização”, “crescimento e declínio”, “desenvolvimento e envolvimento”, com respeito por princípios de complementaridade, de ajuda mútua e de cooperação, que incluem o local, o nacional e o global.

Neste contexto, a Educação Social assume um papel cada vez mais decisivo na formação de um novo profissional, o ES, devido ao lugar insubstituível que este ocupa na intervenção socioeducativa de uma sociedade que se encontra mais vulnerável. A sua complexidade elenca num novo olhar dos governos e da sociedade para um conjunto de situações que se agudizaram e a assunção de responsabilização da sociedade perante estas novas situações.

1.1.1. Educação Social: um renovado campo de intervenção socioeducativa

O conceito de Educação Social transporta na sua definição uma certa dificuldade pela existência de duas perspetivas (Cabanas, 1998) provocadas pela evolução da Pedagogia Social que, segundo Correia *et al.* (2014, p.119), são: i) “a educação social é

entendida como formação para a socialização” e ii) “como um trabalho social e educativo, numa visão mais ampla, quer de prevenção quer de ressocialização, tendo por base uma lógica interdisciplinar”.

Os diferentes olhares sobre a educação social têm contribuído para o alargamento do seu campo de atuação. Um desses campos envolve a educação escolar. Efetivam-se os direitos humanos, a cidadania e a democracia, o seu compromisso com a emancipação dos indivíduos, sustentando-se nas suas raízes históricas, na perspetiva do direito coletivo (Arroyo, 2007) e, na vinculação com a “gramática dos direitos humanos”, formada a partir das Revoluções liberais do séc. XVIII, em que o indivíduo se assume como um ser dotado de valor moral, no centro do sistema político e social (Vieira, 2002, p.33). Para este olhar contribuiu o desenvolvimento da Educação Social entre as organizações não governamentais e outros movimentos sociais que deram um forte contributo no campo da educação. Tal apoio deve-se ao facto destes movimentos serem “nutridos de inúmeras energias” (Santos, 1997, p. 226).

A educação passa a ser o centro promotor de ajuda na criação das condições para a sua operacionalização, com vista a uma maior participação e mediação social. Neste contexto, convém recordar o movimento pedagógico criado com jovens, no período a seguir à primeira guerra mundial, na Alemanha, e que permitiu o alargamento dos limites de atuação da Educação Social “dedicada a populações juvenis em situação de risco, tanto na perspetiva preventiva como numa perspetiva de recuperação e ressocialização” (Timóteo, 2015, p. 14).

A Educação Social foi marcada por fatores de natureza histórica, inerentes à atuação dos trabalhadores sociais e pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1986), ao impelir os ideais de justiça social e de igualdade de oportunidades. De acordo com Montané (2020), a justiça social constitui um princípio de vida em comum, em que a essência da representação da justiça é a dignidade humana e o princípio da igualdade de oportunidades, como dever moral de cidadania.

A urgência da inclusão dos Educadores Sociais na atual sociedade, onde as necessidades sociais, económicas e culturais são tão evidentes, leva ao seu reconhecimento como profissional de educação e como impulsionador de uma nova política de intervenção socioeducativa, onde o “assistencialismo se tornou redutor” (Azevedo *et al*, 2017, p.64). Trabalhando em equipa com outros profissionais, a sua intervenção não é só com os indivíduos, uma especificidade própria da profissão, mas também com os sistemas, cabendo-lhe o papel de mediador na integração do indivíduo nos diferentes ambientes ou contextos (Candeias, 2020). O contexto de intervenção comunitária assume especial importância no seio das Ciências da Educação (Gonçalves & Brás, 2020).

O reconhecimento profissional do ES sofre uma certa vulnerabilidade, pois confunde-se a sua intervenção com a de outros profissionais. A atuação no mesmo campo

de outros profissionais, cujo reconhecimento, já foi anteriormente aceite, dificulta a própria identidade do ES. Estas dificuldades surgiram, não por falta de territórios interventivos ou de competências específicas, mas sobretudo, por constrangimentos ocasionados pelas designações que foi assumindo, ao longo do tempo (Azevedo & Correia, 2013).

1.2. Educador Social: necessidades, desafios e incertezas

As necessidades, desafios e incertezas da sociedade atual, sustentadas pela responsabilidade e pelo conhecimento, exigem novas formas de intervenção social e institucional e aquisição ou reforço de competências sociais e profissionais dos educadores sociais. Confrontamo-nos, hoje, com a oportunidade de uma tomada de consciência e com a urgência de uma intervenção social e educativa que, de forma inteligente, enfrente as contrariedades e impasses que prolongam as injustiças e as desigualdades sociais e educativas.

De acordo com Teodoro (2010, p.83), importa ter presente que hoje “vivemos um tempo de transição e de luta, de bifurcação, na expressão de Wallerstein (2003), que aparenta ser, em muitos aspetos, caótica, mas de onde, muito provavelmente, sairá uma *nova ordem*”. Neste cenário, o ES encontra-se perante novos desafios e a exigência de aquisição ou reforço de competências determinantes da “construção” e “re-construção” de uma identidade profissional. Face a uma perspetiva criativa, transformadora, reflexiva e solidária, espera-se que este profissional, nos diversos contextos de intervenção social e educativa, responda à emergência dos problemas da vida, reforçando o desenvolvimento de uma nova trajetória de alteração de rumo nas sociedades contemporâneas.

1.2.1. Identidade e valências profissionais do Educador Social

A identidade profissional do Educador Social (ES) encontra-se já consolidada em muitos países, apresentando características heterogéneas devido a fatores de diversa ordem: históricos, sociais, culturais e territoriais, encontrando-se, ainda, em Portugal, em processo de profissionalização e afirmação.

Os educadores sociais, na qualidade de “trabalhadores sociais” (Azevedo & Correia, 2013) e de “profissionais do trabalho social e educativo” (Canastra, 2009, 2011), intervêm em espaços plurais, com pessoas e realidades muito diversificadas, vulneráveis e em risco de exclusão, evidenciando a dimensão educativa e pedagógica e contrariando a lógica assistencialista.

A identidade profissional, como a identidade pessoal e social, resulta de uma construção complexa, dinâmica e constante ao longo da vida. Dubar (1997) define-a como o resultado da interação entre o “mundo vivido do trabalho”, a “trajetória socioprofissional” e as dinâmicas de “emprego” e “formação”.

No caso da figura profissional de ES, a “re-construção” e o “re-conhecimento” dessa identidade exige, na atualidade, no caminho da pedagogia freiriana, uma formação (pessoal, social, académica e profissional) sustentada na apropriação integrada de conhecimentos, competências, atitudes e valores. Preconiza-se uma perspetiva educativa que seja transformadora e emancipatória, centrada na pessoa, na sua consciencização e desenvolvimento. O foco na melhoria da qualidade de vida e no bem-estar comunitário proporciona uma aprendizagem social, em que todos e cada um são protagonistas do seu desenvolvimento e da transformação da sociedade. Neste contexto, o ES, perante os desafios da contemporaneidade, emerge, enquanto profissional de “profissão humana” (Wittorsky, 2014, p.34). São-lhe exigidas valências profissionais específicas que permitam afirmar-se, como intérprete de uma realidade social mutacional, problemática, heterogénea e incerta, e ser capaz de construir, numa perspetiva de “investigação-ação” (Pérez-Serrano, 2009), uma resposta que se pretende eficaz, nos contextos socioeducativos e realidades em que intervém.

Para Baptista e Carvalho (2004, p. 83), “reflexividade, polivalência técnica, criatividade, adaptabilidade e dinamismo são características fundamentais do saber profissional dos educadores sociais”. A característica de polivalência que caracteriza o perfil profissional do ES surge, neste contexto, como uma mais-valia facilitadora de estratégias de intervenção que se pretendem sistémicas, diferenciadas (Baptista & Carvalho, 2004) e interacionistas.

O ES constitui-se como um agente formativo capaz de promover nas comunidades o desenvolvimento pessoal e coletivo dos seus membros, como gestores da sua vida pessoal e comunitária, em que a co-responsabilidade e o co-respeito pela sua autonomia são vetores de transformação da realidade social. Através de uma intervenção reflexiva e contextualizada, o ES assume a responsabilidade de promover o autodesenvolvimento das comunidades e a melhoria da sua qualidade de vida, numa sociedade que, na perspetiva de Reis (2020), tem que se reconverter a uma “economia política do cuidado”.

Os educadores sociais convertem-se em protagonistas educativos, ao constituírem-se como um grupo profissional, com uma intervenção socioeducativa privilegiada que, na senda dos direitos humanos, a nível global, nacional e local, é capaz de acompanhar as políticas sociais e participar permanentemente na “negociação do contrato social” (Azevedo & Caride, 2020).

Prospetivando a consolidação e o reconhecimento da identidade profissional do ES, é-lhe exigida a capacidade de afirmação profissional, em equipas, serviços ou organizações, com outros profissionais, quer sejam do espetro do trabalho social, educativo ou de outro.

1. 3. Formação do Educador Social

Sabendo que a formação do ES é gerada na dicotomia saberes teóricos *versus* saberes de ação, equaciona-se a formação envolvendo três perspetivas: “heteroformação”, “ecoformação” e “autoformação” (Carré, 2000), o que pressupõe uma dinâmica interativa entre o “eu” e o “outro”.

Canastra (2009) considera que a formação inicial do ES deve dar espaço e autonomia à experiência singular (concreta) de cada sujeito-aprendente, colocando no seu centro a Pessoa como um dos elementos determinantes da autoformação. Segundo o mesmo autor, a iniciação à prática profissional deve estar associada à reflexão-ação, pois, assim, mobiliza os “saberes constituídos” e os “saberes de ação”, pela análise das práticas, numa abordagem de investigação-ação.

O acompanhamento, organizado e gerido em torno da prática da investigação-ação (colaborativa), facilita a emergência de experiências de socialização críticas e reflexivas (heteroformação), que definem o perfil formativo-profissional do ES, numa dinâmica triangular que integra a Pessoa do futuro profissional, as interações e a reflexão-ação, não esquecendo o necessário processo de restauração da relação do homem com seu ambiente (eco formação).

Através de práticas profissionais supervisionadas, os futuros profissionais iniciam a construção dos seus próprios processos identitários e estabelecem um primeiro encontro com a Educação Social como profissão, podendo também compreender o papel das Ciências da Educação e da Pedagogia Social, como campos de conhecimento legitimador.

As práticas profissionais (estágios) são um dos aspetos mais reconhecidos e valorizados na análise das trajetórias socioprofissionais dos estudantes desta licenciatura. Privilegia-se, ainda, a ligação com parceiros sociais que permitem aos estudantes uma ligação com o coletivo profissional, com as necessidades profissionais e políticas e, ainda, com a deontologia da profissão.

2. Enquadramento metodológico

Esta investigação é um estudo exploratório, de abordagem qualitativa, tendo como objetivos identificar e caracterizar as oportunidades profissionais e a intervenção socioeducativa, dos diplomados em Educação Social, de uma instituição privada de ensino superior, após a conclusão da licenciatura. Um estudo exploratório, segundo Gil (2008), procura desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, proporcionando “uma visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato” (p. 43).

A licenciatura, alvo deste estudo, define como objetivos gerais preparar técnicos superiores para intervir em áreas educativas da administração central, regional ou autárquica, em espaços socioeducativos formais e não formais e em animação

comunitária e, ainda, proporcionar, através do estágio curricular, formação em contexto de trabalho. Desenvolve-se em 6 Semestres, com um leque alargado de unidades curriculares, relativas ao planeamento e administração da educação, seu acompanhamento, avaliação e regulação, conhecimento decorrente das Ciências da Educação, Pedagogia Social, Psicologia, Sociologia e Trabalho/Intervenção Social, como campos de conhecimento legitimador. Estas áreas complementam-se com outras, de âmbitos distintos, como as expressões artísticas ou as políticas públicas, reforçando a multiplicidade de saberes necessários ao ES, em diversos espaços socioeducativos. Inclui dois estágios curriculares, em contextos formais e/ou não formais, decorrentes de protocolos previamente estabelecidos, com uma forte vertente de investigação aplicada, sobre problemáticas educativas e socioeducativas, com acompanhamento no local de estágio e supervisão da instituição do Ensino Superior.

Partiu-se do levantamento bibliográfico sobre o tema (no caso “Educação Social”) e de um levantamento empírico, através de um questionário, de questões abertas e fechadas, aplicado aos estudantes que concluíram o curso em 2018 e 2019, num total de 17. O questionário foi objeto de validação prévia, por especialistas da área, tendo havido consensualização relativamente à versão final. Os diplomados foram convidados a participar neste estudo por meio de uma mensagem enviada por correio eletrónico, onde se disponibilizava o questionário *on-line* através de um *link* inserido no conteúdo da mensagem. O período de recolha dos dados ocorreu entre 20 de maio/2020 a 19 de junho/2020, tendo participado 13 (76,5%) diplomados, todos do sexo feminino.

O questionário é composto por nove grupos temáticos, selecionados de acordo com a revisão teórica sobre a temática, os objetivos do estudo e a experiência dos investigadores no campo. Com este propósito procurou-se dar uma visão geral sobre o perfil pessoal e académico dos participantes, as suas motivações, expectativas e desempenho em relação ao curso e, ainda, as facilidades/dificuldades de acesso ao 1º emprego e a sua intervenção socioeducativa atual. Na elaboração dos questionários utilizou-se o *Google Forms*, sendo online a aplicação dos mesmos. Foi feita uma análise categorial, descritiva e interpretativa dos dados obtidos.

3. Resultados

Tendo presente os enfoques das temáticas do questionário, os dados recolhidos foram agregados em quatro categorias: (i) Caracterização dos participantes, (ii) Motivações e Expectativas, (iii) Nível de satisfação académica e (iv) Oportunidades profissionais, depois analisados e cotejados com outras investigações/reflexões, como se segue.

3.1. Caracterização dos participantes/diplomados

Os diplomados do estudo são 13 mulheres, de nacionalidade portuguesa. Esta situação corresponde ao que se observa relativamente à percentagem de diplomados do sexo feminino, em % dos diplomados no ensino superior que foi respetivamente de 80% na área da Educação e de 64% na área de Ciências Sociais, Direito e Comércio (PORDATA, 2018). Os dados mostram que a faixa etária predominante é de 21 a 23 anos. Do total de participantes, 92,3% residiam na Área Metropolitana de Lisboa (AML). O ingresso na licenciatura foi através da aprovação no “Exame nacional do ensino secundário”, 53,8% diplomados; através do “Curso de Especialização Tecnológica”, 38,5%; *ex-aquo*: “Exames para candidatos maiores de 23 anos”, “Aluno internacional/Equivalência de estudos”, “Mudança de curso superior” e “Curso Técnico Superior Profissional”, 7,7%. Do total dos participantes, 61,5% beneficiaram de uma bolsa de estudos, total ou parcial.

3.2. Motivações e Expectativas

As perceções dos estudantes, sobre os contextos académicos e profissionais, assentam na expectativa de obtenção de sucesso e satisfação e constituem vetores de orientação relevantes, influenciando a escolha do curso.

As motivações identificadas, para selecionar o curso, foram: 46,1% por “Intervenção em diferentes contextos socioeducativos com vista à melhoria da qualidade de vida das comunidades em situação de maior vulnerabilidade social”, o que demonstra estarem vocacionados para as relações humanas e para o desenvolvimento das comunidades; 23,1% consideraram a “Valorização dos ideais humanistas e sociais da profissão”, como Arendt (2006), ao afirmar que a essência dos ideais humanistas reconhece o homem e a condição humana, entre coisas e pensamentos, e Azevedo (2020), quando realça que a profissão do ES se sustenta em valores humanistas. Em estudos similares realizados por Teixeira (2008) e Sarapicos, Samagaio e Trevisan (2012) observa-se igualmente a preferência dos diplomados por valores sociais. Com 7,7%, foi selecionada cada uma das opções: “Proximidade geográfica da universidade”, “Interesse pela frequência do estágio curricular, como meio de aproximação ao mercado de trabalho”, “Conhecimento da profissão de ES” e “Expectativas profissionais, no domínio da licenciatura”. Estas duas últimas opções desenvolvem práticas e experiências relativamente aos conteúdos da profissão, associando a teoria à aquisição de competências práticas (Monteiro, 2004) e “aquisição de competências instrumentais e sociais necessárias à criação dinâmica de pontes socioeducativas” (Mateus, 2012, p.60). A proximidade geográfica da universidade e da residência tem sido priorizada em diferentes estudos na literatura científica (Teixeira, 2008).

3.3. Nível de satisfação académica

Os participantes foram questionados sobre o nível de satisfação sobre: (i) o plano de estudos do curso e atividades complementares e (ii) o estágio curricular realizado.

(i) Plano de estudos do curso e atividades complementares

Sobre o nível de satisfação dos diplomados, relativo ao plano de estudos e atividades complementares, 84,6% responderam “Muito Satisfeito” e *ex-aquo* “Satisfeito” e “Pouco satisfeito”, 7,7%. A avaliação do nível de satisfação dos estudantes contribui para a promoção da qualidade e de realização de ações de autorregulação dos cursos, assim como para a afirmação da própria instituição de ensino superior. Este processo é, atualmente, uma prática, pois “muitas Universidades possuem estudos internos para medir a satisfação e qualidade da sua instituição” (Carvalho, 2009, p.4).

(ii) Estágio curricular

O estágio curricular constitui uma etapa da trajetória académica e um meio de aproximação ao mercado de emprego, através da concretização de uma prática supervisionada em contexto real de trabalho, durante um período de 300h. Sobre o nível de satisfação relativamente ao estágio curricular realizado, 46,2% consideram-se “Satisfeitos” com a sua realização e 53,8% “Muito satisfeitos”. O estágio curricular foi realizado no 3º ano da licenciatura, em organizações do tecido social e educativo, público e privado, sendo que 23,0% o realizaram em “Associações de apoio à criança e à família, na ocupação de tempos livres e atividades de enriquecimento curricular”; 15,4% em “Jardins de infância/escolas do ensino básico” ou “Escolas do ensino secundário e profissional” ou “Instituições de apoio a crianças e a jovens e adultos, em situação de vulnerabilidade social e exclusão” ou “Comissões de proteção de crianças e jovens em risco” e 7,7% em “Autarquias e Juntas de freguesia ou “Instituição de ensino especial”.

Estes resultados ajuízam a relevância positiva da vertente prática do curso. O número de instituições públicas e privadas disponíveis de áreas distintas, a procura da proximidade do local de residência dos alunos e a adequação do seu projeto pedagógico constituem o determinante na seleção do estágio para cada aluno.

3.4. Oportunidades profissionais/empregabilidade

No contexto do estudo, a empregabilidade, enquanto oportunidade profissional, significa a capacidade ou possibilidade de conseguir um emprego e a aptidão para o manter. Está diretamente relacionada com o valor profissional com que a pessoa é percecionada no mercado de trabalho. Para garantir a sua empregabilidade, com sucesso, é preciso que o profissional esteja atento às solicitações/exigências/necessidades do mercado, saiba tirar partido da sua formação, demonstre as suas competências, o seu profissionalismo e envolvimento pessoal, entre outros.

Para avaliar o nível de empregabilidade dos participantes deste estudo, questionámos sobre: (i) dificuldades/facilidades em obter emprego (ii) tempo que demorou a obter emprego; (iii) formas de acesso ao 1º emprego; (iv) funções exercidas no 1º emprego; (v) situação profissional à data do inquérito.

(i) Dificuldades/facilidades em obter emprego

Das respostas obtidas (92,3%), 50,0% tiveram dificuldade em obter emprego na área da licenciatura, tendo sido atribuídas as dificuldades a “Fracas oferta de emprego no domínio educativo e social”, 16,7% e 8,3% ao “Desconhecimento do curso e do seu potencial, por parte dos empregadores” ou “Deficit de competências profissionais, face às exigências do mercado de trabalho” ou “Caraterísticas pessoais e profissionais não ajustadas aos públicos visados” ou “Deficit de investimento em oferta pública”.

É uma área de exploração recente, a nível de emprego, o que justifica a pouca informação e também pouca oferta por parte dos empregadores, factos também comprovados por Serapicos, Samagaio e Trevisan (2012, p. 39), ao afirmarem a “necessidade de (...) maior afirmação e visibilidade da profissão”.

(ii) Tempo que demorou a obter emprego

Do total das respostas (84,6%), obtiveram emprego assim que concluíram a licenciatura, 54,5%; “assim que concluiu o estágio curricular”, 18, 2%; no “período entre 1 e 12 meses, 27,3%”, o que, atendendo ao desemprego e/ou à precariedade do emprego, se pode considerar um resultado positivo. Alves, Natália e Chaves (2012), confirmam que, apesar dos processos de inserção profissional de diplomados de ensino superior se apresentarem complexos e incertos, a licenciatura ainda é uma forma segura de obter emprego. Constata-se, porém, segundo Sousa e Gonçalves (2016, p. 13), que é comum os jovens, nos dias de hoje, permanecerem “desempregados no período após o término do curso e os que encontram emprego estão sujeitos a condições precárias”, o que os leva a emigrar, buscando independência e realização dos seus sonhos e objetivos.

(iii) Formas de acesso ao 1º emprego

Dos 61,5% que responderam a esta questão, 50,0% entraram em estágio remunerado, através do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP); 12,5% obtiveram emprego por “Convite da instituição onde realizou o estágio” ou “Candidatura espontânea” ou “Concurso” ou “Criação de autoemprego”.

Destaca-se a resposta do IEFP, na absorção dos candidatos ao 1º emprego. Embora seja uma situação transitória, permite que estes candidatos adquiram mais competências e não estejam sem ocupação durante o tempo que procuram emprego.

(iv) Funções exercidas no 1º emprego

Nas respostas obtidas 69,2%, foram indicadas as seguintes funções: “Coordenador/a de projetos de intervenção socioeducativa” e “Monitor/a de projetos de intervenção socioeducativa”, 22,2%, cada opção; “Educador/a Social”, “Técnico-pedagógico”, “Monitor de projetos de desenvolvimento autárquico”, “Animador/a sociocultural” e “Auxiliar de ação educativa”, 11,1%, cada opção.

Constata-se que os participantes do estudo encontraram resposta, em termos de trabalho, na área de intervenção socioeducativa, o que representa uma mais-valia para o curso e para os próprios licenciados.

(v) Situação profissional à data do inquérito

Relativamente ao vínculo contratual dos que estão a trabalhar, 76,9%, verifica-se que 10,0% tem contrato a tempo indeterminado; 50,0% têm contrato a termo e 40,4% usufruem de um estágio profissional remunerado.

Pelas respostas obtidas (76,9%), verifica-se que a remuneração mensal se situa a nível do salário mínimo nacional (635,00 euros mensais, PORDATA, 2020) ou abaixo para 50,0% dos respondentes; entre 700 e 1000 euros é o que recebem, mensalmente, 40,0%; e 10,0% usufrui mais de 1000 euros.

A retribuição do Técnico Superior de Educação Social, nível V, é de 970€ (Boletim do Trabalho e Emprego, nº1/2020). O salário médio em Portugal, em 2019, foi de 1.041€, considerando apenas o salário regular, sem subsídio de Natal e de Férias. Considerando esses benefícios, o valor vai para 1.276€ (PORDATA, 2020).

Portugal não é reconhecido no mercado europeu por ter bons salários, a média salarial é muito baixa e, mesmo profissionais qualificados e com experiência, não são reconhecidos com bons salários. No entanto, tal como afirmam Alves, Natália e Chaves, (2012), a licenciatura pode ser a forma mais certa de vir a ter um emprego relativamente bem remunerado, o que poderá justificar a procura crescente do ensino superior. Portanto, as questões do emprego e da sua rentabilidade podem ser determinantes, no momento das decisões, relativamente à formação no Ensino Superior.

Considerações finais

As necessidades, desafios e incertezas decorrentes da contemporaneidade exigem novos modelos de educação e formação que contribuam para afirmar profissões e profissionais que, em equipas multidisciplinares, deem resposta aos múltiplos e complexos contextos sociais e educativos. A formação de grau superior em educação social deve ser capaz de conduzir, por caminhos de inovação, ao envolvimento coletivo dos profissionais e demais cidadãos, na resolução dos problemas de hoje e de futuro,

sustentada por processos e contextos diversificados de aprendizagens formais, não formais e informais, respeitando princípios de complementaridade.

Este estudo exploratório perspectiva reflexões facilitadoras de análise e debate entre os diversos intervenientes, no desenvolvimento da formação e da profissionalização do ES. Constatou-se que os participantes são maioritariamente mulheres, residentes na AML, em que se evidencia o seu ingresso na Universidade, através do exame nacional do ensino secundário e do curso de especialização tecnológica. Estes dados confirmam a presença que as mulheres assumem no ensino superior em Portugal e na Europa, sendo que em 2019, a taxa de mulheres licenciadas entre os 30 e os 34 anos, no país, era de 42,5%, valor próximo da média europeia, e de 29,7% de homens. Esta disparidade reflete-se na Europa com uma taxa de emprego de 45,6 % de mulheres licenciadas e de 35,1% de homens (Eurostat, 2020).

Os motivos valorizados pelos participantes para a seleção do curso centram-se na procura da melhoria da qualidade de vida das comunidades em situação de maior vulnerabilidade social e nos valores humanistas e sociais da profissão. No que se refere ao plano de estudos e atividades complementares, assim como ao estágio curricular, os diplomados manifestaram um elevado nível de satisfação. A diversidade de contextos e de públicos com que interagem durante a prática do estágio curricular, sublinha, para estes diplomados, a necessidade de reforço de conhecimentos e de competências, capazes de contribuir para a construção do perfil profissional que melhor responde aos desafios atuais das organizações e dos públicos.

Apesar da taxa de emprego, neste caso, ser significativa, os participantes tiveram dificuldade em obter emprego, na área da licenciatura. As causas apontadas são resultantes da fraca oferta de emprego no domínio educativo e social e do desconhecimento do curso e do seu potencial, por parte dos empregadores. Portugal, relativamente ao emprego dos jovens licenciados, com idades entre 30 e 34 anos não atingiu em 2019, os objetivos nacionais assumidos na estratégia Europa 2020, de 40% de jovens licenciados empregados, uma vez que a taxa de emprego atingida foi de 36,2%, tendo a União Europeia atingido, em 2019, o valor médio de 40,3% (Eurostat, 2020).

A situação profissional dos diplomados deste estudo, quer a nível de vínculo contratual, quer de remuneração, caracteriza-se, à data do inquérito, por um estatuto de precariedade e de baixo salário. A questão da precariedade laboral persiste nos dias de hoje, em jovens licenciados e coloca em causa o direito de acesso ao trabalho, bem como a sua integração social e profissional. Esta situação decorrente do desfazamento entre as expectativas dos jovens e os seus percursos profissionais poderá, a longo prazo, conduzir ao desinvestimento na formação, se não forem assumidas políticas públicas que possibilitem o reverter da mesma.

Importa refletir sobre a relevância da intervenção de uma retaguarda qualificada – estado, sociedade civil, academia, parceiros sociais - com os educadores sociais

e outros profissionais, através de compromissos que venham a ser instituídos. Espera-se que estes se constituam como vetores de desenvolvimento de novos processos de mudança e de modernização, nas suas múltiplas dimensões: social, educativa, institucional, organizacional e tecnológica, assentes em modelos de formação e de práticas desafiadoras.

Referências

- Arroyo, M. (2007). Educação social na perspetiva da efetivação dos direitos humanos: educação e direitos humanos. *Encontros Nacionais de Educação Social (ENES). Anais*. Dinâmica Gráfica e Editora.
- Arendt, H. (2006). Trabalho, obra, ação. In: A. Correia (org.). *Hannah Arendt e a condição humana*. Quarteto.
- Azevedo, M. L. & Caride, J. A. (2020). A pedagogia social: contextualização e fundamentação teórico-histórica. *Laplage em Revista*, 6 (3), 5-16.
- Azevedo, S. & Correia, F. (2013). A Educação Social em Portugal: evolução da identidade *profissional*. *RES Revista de Educación Social*, 17, 1-11.
- Azevedo, S., Correia, F., Machado, E. & Paiva, J. (2017). Educação social: caminhos percorridos, desafios e oportunidades contemporâneas. Aproximações entre Portugal e o Brasil. *Saber & educar*, 22, 62-70.
- Baptista, I. & Carvalho, A. (2004). *Educação Social. Fundamentos e Estratégias*. Porto Editora.
- Cabanas, J. (1998). Antecedentes históricos de la Educación Social. In A. Petrus (coord.). *Pedagogia Social* (pp. 67-91). Ariel.
- Canastra, F. (2011). A emergência da profissão do Educador Social: uma aproximação a partir dos processos de profissionalização. *Revista de Ciências da Educação – 24/1*, 17-32.
- Canastra, F. (2009). O perfil formativo-profissional do(a) educador(a) social - Uma experiência de investigação a partir do enfoque biográfico-narrativo. *Revista Iberoamericana de Educación*, 49/8, 1-10.
- Candeias, E. (2020). Os espaços socioeducativos da escola e a reconfiguração da pedagogia (educação) social na intervenção escolar. *Revista Lusófona de Educação*, 49, 41-55.
- Carré, P. (2000). *L'autoformation: psychopédagogie, ingénierie, sociologie*. Les Presses Universitaires de France.
- Carvalho, R. (2009). Os fatores determinantes da satisfação dos alunos de mestrados de continuidade. Dissertação de mestrado. *Repositório Institucional do ISCTE-IUL*.
- Comissão Europeia (2019). Monitor da Educação e da Formação de 2019. Análise por país: Portugal. *POEU*. https://www.cnedu.pt/content/noticias/internacional/et-monitor-report-2019-portugal_pt.pdf
- Correia, F., Martins, T., Azevedo, S. & Delgado, P. (2014). A educação social em Portugal: novos desafios para a identidade profissional. *Interfaces Científicas*, 3, (1), 113-124

- Dubar, C. (1997). *A Socialização. Construção das identidades sociais e profissionais*. Porto Editora.
- Eurostat Statistic Explained. (2020). *Emprego - estatísticas anuais* https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Employment_-_annual_statistics/pt
- Gonçalves, M. & Brás, J. (2020). As (re)configurações da educação: a dimensão socioeducativa. *Revista Lusófona de Educação*, 48, 43-57. <https://revistas.ulusoфона.pt/index.php/rleducacao/article/view/7315>
- Observatório das Desigualdades (2021). *Risco de pobreza em Portugal em 2019*. <https://www.observatorio-das-desigualdades.com/2021/02/22/risco-de-pobreza-em-portugal-situa-se-nos-162-mantendo-se-a-tendencia-de-diminuicao/>
- ONU (1986). *Declaração Universal dos Direitos do Homem*. Fundação Engenheiro António de Almeida.
- Montané, A. (2020). Reflexiones en torno a la educación social, el reconocimiento y la resonancia: espejos y reflejos. In C. Sánchez-Valverde & A. Montané (coord.). *La educación social en los extremos: justicia social y paradojas de la práctica*. (pp. 33-54). Universitat de València.
- Morin, E. (2020). *Changeons de voie, les leçons du coronavirus*. Denoel
- Pérez-Serrano, G. (2009). *Pedagogia Social. Educación Social. Construcción Científica e Intervención Práctica*. Narcea.
- Reis, J. (2020). *Cuidar de Portugal: Hipóteses de Economia Política em tempos convulsos*. Almedina.
- Serapicos, A. M., Samagaio, F., & Trevisan, F. (2012). *Trajetórias Socioprofissionais dos Diplomados em Educação Social da Escola Superior de Educação Paula Frassinetti*. ESEPF.
- Sousa, E., & Gonçalves, C. (2016). Satisfação com a Formação Superior e Transição para o Trabalho. *Revista de Psicología-Universidad de Chile*, 25(1), 1-20.
- Santos, B. (1997). *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. Afrontamento.
- Teodoro, A. (2010). *Educação, Globalização e Neoliberalismo. Os novos modos de regulação transnacional das políticas de educação*. EUL.
- Timóteo, I. (2015). A Evolução da Educação Social em Portugal: Perspetivas e Desafios Contemporâneos. *Praxis Educare*, 1, 12-18.
- Vieira, O. (2002). A gramática dos direitos humanos. *Boletim Científico*. ESMPU, I/4, 13-33.
- Wittorsky, R. (2014). Algumas especificidades das profissões relacionais. *Investigar em Educação*. II série.2, 31-38.

Isabel Sanches

Professora Associada da Universidade Lusófona
Professora Coordenadora do Instituto Politécnico da Lusofonia (IPLUSO)
Diretora da Licenciatura em Educação Básica (IPLUSO)
Diretora do Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º Ciclo
(IPLUSO)

Email: isabelsanches@gmail.com
ORCID: 0000-0001-8424-8780

Dulce Franco

Professora Auxiliar Universidade Lusófona
Professora no Instituto Politécnico da Lusofonia (IPLUSO)
Email: dulce.franco@ulusofona.pt
ORCID: 0000-0002-0288-1804

Maria Manuela Jacinto

Doutoranda na Universidade Lusófona
Investigadora do Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e
Desenvolvimento - CeIED/U. Lusófona
Observatório de Políticas de Educação e Formação - OP. Edu (CeIED/CES,
Coimbra)
Email: p5495@ulusofona.pt
ORCID: 0000-0003-0664-2699

Correspondência

Isabel Sanches
Instituto Politécnico da Lusofonia
Campo Grande, 400, 1700-098 - Lisboa

Data de submissão: fevereiro 2021
Data de avaliação: março 2021
Data de publicação: junho 2021